



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

08 de janeiro 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Moacir Pereira

**Data:** 08/01/2015

**Assunto:** Tabela Salarial

**Página:** 14

# DIÁRIO CATARINENSE

### **MAGISTÉRIO**

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, EDUARDO DESCHAMPS, ANUNCIA PARA A PRÓXIMA SEMANA A DECISÃO DO GOVERNO SOBRE A NOVA TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO. ESTÃO ADIANTADOS OS ESTUDOS VISANDO A DESCOMPACTAÇÃO DA TABELA, INICIADOS EM 2014. O SECRETÁRIO CONFIRMOU QUE O NOVO PISO - DE R\$ 1.980 - SERÁ PAGO A PARTIR DESTE MÊS DE JANEIRO A TODOS OS PROFESSORES.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Sua Vida	<b>Data:</b> 08/01/2015
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> 35

# DIÁRIO CATARINENSE

ENSINO | FACULDADE

## Pressão para manter as regras do Fies

**A**s empresas de ensino superior privado estão fazendo pressão em Brasília para reverter as mudanças no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Elas questionam a medida que alterou o pagamento feito às instituições com mais de 20 mil alunos. No final de dezembro, o MEC publicou portaria que provocará atraso nos pagamentos – receberão num ano apenas oito mensalidades dos alunos do Fies e não 12, como ocorria.

A medida impactou sobre as ações das empresas na Bolsa – perderam mais de R\$ 10 bilhões em valor de mercado. Em reunião com o MEC, pediram explicações. A negociação envolve representantes de grandes empresas como Estácio, Kroton, Ser Educacional, DeVry Brasil e Laureate.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Artigos

**Data:** 08/01/2015

**Assunto:** Udesc

**Página:** 31

# DIÁRIO CATARINENSE

## UDESC É PATRIMÔNIO DOS CATARINENSES

ANTÔNIO HERONALDO DE SOUSA  
Reitor da Udesc  
Florianópolis



**Ú**ltimo levantamento do Ministério da Educação (MEC), entre 192 instituições de ensino superior do Brasil, colocou a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), pública e gratuita, entre as quatro melhores estaduais do país e a 18ª no ranking geral. É uma marca considerável, que mostra o valor da Udesc entre estudantes, servidores e sociedade e coloca o Estado em destaque no cenário nacional.

Hoje, a Udesc oferece 52 cursos de graduação e 33 mestrados e doutorados a um total de 15 mil estudantes. Em 2015, a Universidade dos Catarinenses completa 50 anos. Meio século de experiência no ensino superior, em todas as regiões de Santa Catarina, com 12 unidades presenciais e 27 polos de ensino a distância. São cerca de 900 professores efetivos (mais de 90% com mestrado e doutorado) e 800 técnicos que contribuem para a formação de inúmeros profissionais do nosso país.

É uma história de grandes conquistas que precisa ser respeitada. Hoje, a Udesc é custeada pelo Estado de SC e por captação de recursos externos.

**É extremamente estratégico para SC manter uma universidade estadual pública e gratuita**

Isso permite que, além do ensino de qualidade, a instituição invista em 142 grupos de pesquisa e 500 ações de extensão por ano. Tudo isso faz que os recursos investidos re-

torquem para a sociedade em ações como a Clínica Escola de Fisioterapia, o Laboratório Público de DNA, o Hospital Veterinário, entre outras.

Entendemos que é extremamente estratégico para SC manter uma universidade estadual pública e gratuita. Justamente pela presença pioneira em todas as regiões, pela identidade marcante com o Estado e pelos resultados que ela entrega aos catarinenses. Apenas quatro estados (Acre, Espírito Santo, Rondônia e Sergipe) e o Distrito Federal não têm universidades estaduais. Até o início de 2014, a Udesc foi a única instituição de ensino superior pública e gratuita que formou estudantes no interior de SC com cursos presenciais regulares.

São números que credenciam a Udesc como a Universidade dos Catarinenses, que deve continu-



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> R7	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 08/01/2015
<b>Assunto:</b> Piso Salarial		<b>Página:</b> Online



### **Estados mostram dificuldades para cumprir novo piso salarial dos professores**

*Conselho Nacional de Secretários de Educação admite que conta é difícil de fechar*

Os Estados brasileiros relatam suas dificuldades para cumprir o novo piso salarial dos professores em 2015. O valor passou de R\$ 1.697 em 2014 para R\$ 1.917,78, um reajuste de 13,01%, acima da inflação e superior, segundo o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), à receita do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Vieira da Cunha foi claro:

— Eu disse ao próprio ministro que não haverá saída para o pagamento do piso, dadas as condições financeiras do estado, sem o aporte de recursos federais.

O Estado é um dos que não conseguem cumprir a Lei do Piso (Lei 11.738/2008), que estabelece que o valor mínimo deve ser pago no vencimento e não com gratificações ou complementações, como é feito no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul não está sozinho. O presidente em exercício do Consed e secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, fala sobre a situação.

— Como o reajuste tem sido superior à receita do Fundeb, a conta em algum momento não vai fechar. Há Estados e municípios que ultrapassaram, com o pagamento da folha, o valor do Fundeb. Tivemos um ano bastante difícil.

O Estado, segundo ele, discutirá, a partir da semana que vem, o impacto do reajuste do piso nos demais salários, com o plano de carreira. Os secretários não negam a importância do piso, essencial para a valorização dos docentes e também para o cumprimento do Plano Nacional de Educação, que estabelece prazo de seis anos para a equiparação do salário dos professores ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Atualmente, o rendimento médio dos docentes representa aproximadamente 60% dos salários médios dos demais profissionais. O secretário de Educação do Espírito Santo, Haroldo Rocha, destaca a importância do piso.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— O piso foi uma conquista importante da educação brasileira. Eu não tenho a menor dúvida de que a melhoria da qualidade da educação básica passa pela valorização do professor.

Leia mais notícias de Educação

O Estado não cumpre o piso para os professores com formação de nível médio. Segundo ele, são 80 docentes nessas condições. O valor do vencimento inicial para a formação é R\$ 579,26 por uma jornada de 25 horas. Para cumprir a lei, mesmo antes do ajuste, o valor seria R\$ 1.060. O secretário acrescenta que o estado pretende corrigir esses salários já com o reajuste.

Ainda em início de mandato, os governos se organizam para avaliar o novo valor. No Paraná, por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria da Educação informa que vai tratar do assunto “dentro da Comissão de Política Salarial, que foi criada pelo Decreto 31/2015. No momento, não temos ainda uma avaliação mais precisa”. Na Bahia, “a Secretaria da Administração do Estado está fazendo a análise para verificar os impactos na folha de pagamento dos professores da ativa, aposentados e pensionistas com o novo piso nacional”.

A Lei do Piso estabelece o valor mínimo a ser pago aos professores com formação de nível médio, com jornada de 40 horas semanais. O reajuste é feito anualmente, com base no aumento do percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, ou seja, a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente pelo Fundeb.

O piso salarial subiu de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011. Em 2012, o valor era R\$ 1.451. Em 2013, o piso passou para R\$ 1.567 e em 2014 foi reajustado para R\$ 1.697. O maior reajuste foi registrado em 2012, com 22,22%.

Antes de anunciar o novo valor, o ministro da Educação, Cid Gomes, reuniu-se com representantes do Consed, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Segundo as entidades, o ministro tem se mostrado aberto ao diálogo. O Consed, que terá ainda novas reuniões com Gomes, discutirá novos cálculos para o reajuste anual de forma a garantir um aumento real, mas um impacto menor nas contas públicas nos próximos anos. Além disso, demandará o cumprimento do trecho da Lei do Piso que diz que a União deverá complementar a integralização nos casos em que o ente federativo não tenha disponibilidade para cumprir o valor.

Deschamps destaca que o trabalho deve ser em conjunto com o Ministério da Educação.

— Falta definir a forma ou o critério para analisar quais os estados ou municípios que não têm essas condições.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 08/01/2015
<b>Assunto:</b> Livros Didáticos		<b>Página:</b> Online



### Proposta proíbe produção de livros didáticos no exterior

O Projeto de Lei 7867/14, do deputado Vicentinho (PT-SP), determina que a produção e a impressão de livros didáticos adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sejam feitas somente por empresas instaladas no Brasil. Livros adquiridos com recursos da Lei Rouanet (8.313/91) também deverão obedecer à regra.

A proposta proíbe a terceirização de qualquer etapa de produção a empresas sediadas no exterior.

Para Vicentinho, não é razoável usar recursos públicos para gerar empregos e renda fora do País. "As restrições referem-se exclusivamente a compras feitas diretamente às editoras que fornecem os títulos a serem adquiridos pelo PNLD", disse.

O deputado havia apresentado outra proposta (PL 7299/14) que proibia os órgãos públicos federais, estaduais e municipais de adquirirem publicações gráficas estrangeiras. Em junho, Vicentinho retirou o texto de tramitação porque, segundo ele, havia margem para interpretações diferentes do propósito original: a defesa dos empregos e da indústria nacional do setor gráfico brasileiro.

O projeto será arquivado pela Mesa Diretora no dia 31 de janeiro, por causa do fim da legislatura. Porém, como o seu autor foi reeleito ele poderá desarquivá-lo. Nesse caso, o texto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 08/01/2015
<b>Assunto:</b> Tabela Salarial		<b>Página:</b> Online



### Piso do magistério: nova tabela deve ser conhecida em uma semana

Secretário da Educação, Eduardo Deschamps, anuncia para a próxima semana a decisão do governo sobre a nova tabela salarial dos professores estadual de ensino. Estão adiantados os estudos visando a descompactação da tabela, iniciados em 2014. O secretário confirmou que o novo piso - de R\$ 1.980,00 será pago a partir deste mês de janeiro a todos os professores.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 08/01/2015
<b>Assunto:</b> Matrículas		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. O. S. - WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

## **País deve descumprir meta de matricular todos os jovens até 2016**

O país deverá descumprir a lei federal de 2009 que determina a matrícula na escola de toda a população de 4 a 17 anos até o ano que vem.

O dado mais recente aponta que o atendimento era de 94% em 2013. Entre os jovens de 15 e 17 anos, de 83%.

Reservadamente, representantes de secretários municipais de Educação e técnicos do Ministério da Educação afirmam que a exigência não será cumprida — a lei não impõe sanções diretas.

Com base em dados do IBGE, projeções da ONG Todos pela Educação e da Folha reforçam a avaliação e indicam que cerca de 5% da população abrangida não deverá estar na escola até 2016. Isso significaria mais de dois milhões de jovens e crianças.

O percentual pode chegar a 14% se considerada só a faixa de 15 a 17 anos, onde há mais dificuldade de evolução.

O próprio ministro da Educação, Cid Gomes, em entrevista à TV Globo, indiretamente reconheceu que o prazo não será cumprido. Ele disse ser "razoável" que a universalização do atendimento para crianças de 4 e 5 anos seja feita "no médio prazo", o que "significa um mandato [que acaba em 2018]." Gomes não citou a faixa de 15 a 17 anos.

Estados e municípios são responsáveis pelas matrículas. À União cabe o apoio.

### **ENSINO MÉDIO**

A novidade que a lei implementou foi estender o ensino obrigatório, antes restrito à população de 6 a 14 anos.

Os dados e os próprios gestores reconhecem que é na faixa de 15 a 17 anos, etapa do ensino médio, onde há mais problemas. Praticamente não há crescimento desde 2008.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O atendimento à faixa de 4 e 5 anos cresce fortemente desde ao menos 2007.

Vice-presidente do Consed (que representa os secretários estaduais de Educação), Eduardo Deschamps diz que governos têm feito esforços, como construção de escolas.

Os Estados são responsáveis pelo ensino médio. "Mas o problema não é só vaga. O jovem não vê incentivo em ficar nesse ensino médio, cheio de matérias, em que ele não vê conexão com o mundo."

O novo ministro prometeu alterar o currículo dessa etapa, mas ele mesmo prevê que deve ser apenas em 2017.

Em nota, a pasta disse que "pretende se empenhar para ajudar as redes a cumprir o prazo". Como o Consed, a Undime (que representa secretários municipais) diz que trabalha para cumprir o prazo.

Tornar ensino obrigatório significa que o poder público deve oferecer vaga, e pais devem matricular os filhos.

Advogado da ONG Ação Educação, Salomão Ximenes diz que não há punição clara aos gestores caso a lei não seja cumprida. Já a família pode sofrer medidas punitivas dos conselhos tutelares. "Mas só em 2016 será possível saber como será aplicado."

As projeções de atendimento do Todos pela Educação e da Folha se baseiam na tendência de crescimento das matrículas de anos anteriores. A ONG destaca que países do continente já atingiram a meta "no século passado".